



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu

Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 170/2019

**“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu,
Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município;

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para
apurar os fatos descritos no memorando nº 683/2019 de 23.05.2019, parte integrante
desta Portaria, na forma de anexos, referente à conduta do servidor público municipal
EDSON PRIEBE VOLZ, ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 4729-5,
incorrendo o servidor em suposta infração e possível descumprimento dos Incisos VIII
e IX do art. 169 da Lei 2239/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

ART. 2º - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada,
de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que
integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos
Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e
legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla
defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

ART. 3º - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de
19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo
Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN
LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES
PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA
QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60
(sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá,
obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua
publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 27 DE MAIO DE 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal:

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 170/2019, sobre eventual descumprimento dos deveres descritos no Art. 169 VIII e IX do Estatuto dos Servidores por parte do servidor Edson Priebe, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

I - PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal - STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

II - DOS FATOS APURADOS: DA PROVA TESTEMUNHAL e DOCUMENTAL:

Na análise do conjunto probatório, a Comissão colheu os depoimentos do requerido e do Sr. Maurício Mendes de Matos, além de memorando deste descrevendo a situação para o então Secretário de Gestão, bem como as respectivas defesas preliminar e prévia.

III - CONCLUSÃO:

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, neste relatório de Processo Administrativo, vem dizer o que segue:

Em seu depoimento, o requerido disse saber do que se tratava o processo, ou seja, não ter realizado a limpeza do veículo utilizado adequadamente. Disse que sempre efetua a limpeza dos veículos que utiliza, todavia, não usava com frequência o veículo em questão (Volkswagen Gol - Placas IXF -1237). Por fim, disse não se recorda de ser advertido pelo "chefe" sobre limpeza e cuidados sobre o veículo, sempre cumprindo suas funções corretamente.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Sr. Maurício Mendes de Matos, então Assessor de transporte em saúde, conformando as manifestações anteriormente descritas no memorando 767/19 (fls.10), disse que o requerido, ao receber a ordem de que deveria limpar o carro, negou-se respondendo com desdém que “*não era rampeiro*”.

Nos instrumentos de defesa, o requerido disse que nunca recebeu qualquer orientação do superior hierárquico, sobre limpeza e manutenção de veículos, no entanto sempre fazia, sendo praxe entre os motoristas.

Disse que os fatos foram “distorcidos” desculpando-se por eventual expressão utilizada que tenha causado desagrado.

Em análise aos depoimentos e documentos do processo, contata-se que de fato houve quebre de deveres ao não cumprir as ordens solicitadas, não exercer suas atribuições com zelo e não praticar comportamento condizente com a condição de funcionário público, conforme transcrição do dispositivo:

Art. 169: São deveres dos servidores:

(...)

VIII - cumprimento às ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

IX - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, bem como pela economia e conservação do material sob sua guarda e do Patrimônio Público;

X - manutenção de comportamento condizente com a sua condição de servidor público e de cidadão;

Assim, opinamos pela aplicação da pena de repreensão escrita, adequada à falta de cumprimento dos deveres.

Art. 176: A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 29 de Abril de 2021.

Rodrigo T. Lorangeira
Presidente da Comissão

Carem B. Quintana
Membro da Comissão

Kauane Pedroso
Membro da Comissão